

PFN 2006 / ESAF

PARTE GERAL

Assinale a opção falsa.

- a) Uma pessoa pode ter o gozo de um direito sem ter o seu exercício.
- b) A capacidade de gozo pressupõe a capacidade de exercício.
- c) A capacidade de gozo pode subsistir sem a capacidade de fato.
- ~~d) A lei confere personalidade jurídica material ao nascituro.~~
- e) A lei admite restrições ao exercício de certos direitos pelos estrangeiros.

AUDITOR FISCAL DO TRABALHO 2010 / ESAF

PARTE GERAL

Assinale a opção incorreta.

- a) As pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado são regidas, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelo Código Civil, salvo disposição em contrário.
- b) A existência civil das pessoas jurídicas de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- ☒ c) Nos atos judiciais e extrajudiciais, as pessoas jurídicas serão representadas, ativa e passivamente, por quem os respectivos estatutos designarem, porém, não havendo designação estatutária, serão representadas pelos seus prepostos.
- d) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que, nessa qualidade, causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- e) A constituição das pessoas jurídicas de direito privado pode ser anulada, por defeito do ato respectivo, dentro do prazo decadencial de 3 anos, contado a partir da data da publicação de sua inscrição no registro.

PFN 2012 / ESAF

PARTE GERAL

Em relação aos defeitos do negócio jurídico, assinale a opção incorreta.

- a) O erro de indicação da pessoa ou da coisa, a que se referir a declaração de vontade, não viciará o negócio quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada.
- ☒ b) O dolo do representante legal de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve; se, porém, o dolo for do representante convencional, o representado responderá subsidiariamente pelas perdas e danos suportados pelo terceiro prejudicado.
- c) A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens. Se disser respeito a pessoa não pertencente à família do paciente, o juiz, com base nas circunstâncias, decidirá se houve coação.
- d) Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta. Não se decretará a anulação do negócio, se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.
- e) O credor quirografário, que receber do devedor insolvente o pagamento da dívida ainda não vencida, ficará obrigado a repor, em proveito do acervo sobre que se tenha de efetuar o concurso de credores, aquilo que recebeu.

PFN 2007 / ESAF

PARTE GERAL

João, ante o incessante pedido de parentes para que venha a prestar fiança ou aval, passa, para pôr fim àquele “assédio”, seus bens para Pedro, seu amigo, fazendo com que não haja em seu nome lastro patrimonial, tornando-lhe impossível a prestação de qualquer garantia real ou fidejussória. Nesse caso hipotético, configurou-se

- a) simulação relativa subjetiva.
- b) reserva mental.
- c) simulação relativa objetiva.
- d) dolo principal.
- ~~e) simulação absoluta.~~

PFN 2006 / ESAF

PARTE GERAL

Assinale a opção correta a respeito de prescrição.

- ☒ a) A prescrição somente pode ser interrompida uma vez.
- ☐ b) A prescrição atinge as ações pessoais que protegem os direitos a uma prestação.
- ☐ c) A interrupção da prescrição promovida por um credor aproveita aos demais.
- ☐ d) O juiz não pode decretar de ofício a prescrição, mesmo para favorecer a absolutamente incapaz.
- ☐ e) Antes de consumar-se a prescrição pode haver renúncia expressa ou tácita por parte do interessado.

PFN 2007 / ESAF

PARTE GERAL

Assinale a opção incorreta.

- ☒ a) Prescreve em cinco anos a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela.
- b) O prazo de decadência pode ser estabelecido pela lei ou pela vontade unilateral ou bilateral.
- c) É prazo decadencial o de dez dias para a minoria vencida impugnar alteração de estatuto de fundação.
- d) Somente depois de consumada a prescrição, desde que não haja prejuízo de terceiro, é que pode haver renúncia expressa ou tácita por parte do interessado.
- e) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua correr contra seu sucessor, a título universal ou singular, salvo se for absolutamente incapaz.

AUDITOR FISCAL DO TRABALHO 2010 / ESAF

PARTE GERAL

Entre as principais diferenças entre prescrição e decadência aponte, nas opções a seguir, aquela que não é verdadeira.

- a) Na prescrição, o direito material extingue-se por via reflexa: perde-se o direito à ação para pleiteá-lo e, portanto, não se consegue exercer o direito material; na decadência, perde-se o próprio direito material, por não se ter utilizado tempestivamente da via judicial adequada para pleiteá-lo.
- b) A prescrição tem origem na lei; a decadência, na lei e no negócio jurídico.
- c) A prescrição é renunciável, a decadência é irrenunciável, quando fixada em lei.
- d) A prescrição abrange, via de regra, direitos patrimoniais; a decadência abrange direitos patrimoniais e não patrimoniais.
- ~~e) A prescrição não pode ser impedida, suspensa nem interrompida, exceto por disposição legal em contrário; a decadência é passível de suspensão e interrupção.~~

AUDITOR FISCAL DO TRABALHO 2010 / ESAF

PARTE GERAL

A propósito do negócio jurídico, todas as assertivas abaixo são verdadeiras, exceto:

a) segundo a doutrina alemã dos pandectistas, a expressão negócio jurídico é aplicável ao ato jurídico criador de direitos e obrigações, enquanto ato jurídico se aplica aos demais atos.

~~b)~~ no silêncio de uma das partes, entende-se que ocorreu anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e for necessária declaração expressa de vontade.

c) o Código Civil de 2002 introduziu a distinção entre negócio jurídico e ato jurídico no direito pátrio, dividindo os fatos jurídicos em negócios jurídicos, atos jurídicos lícitos e atos jurídicos ilícitos.

d) no direito brasileiro, a distinção entre negócio jurídico e ato jurídico não tinha maior significado durante a vigência do Código Civil de 1916.

e) na interpretação dos negócios jurídicos, importa mais a intenção das partes do que o sentido literal da linguagem, porém, quando os negócios jurídicos forem benéficos ou consistirem em renúncia, deverão ser interpretados restritivamente.

PFN 2012 / ESAF

OBRIGAÇÕES

Em relação ao direito das obrigações, marque a opção correta.

- a) Se a coisa restituível se deteriorar sem culpa do devedor, recebê-la-á o credor, tal qual se ache, sem direito a indenização; se por culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação pelo pagamento do valor equivalente.
- b) Se um dos credores reemitir a dívida, a obrigação não ficará extinta para com os outros; mas estes só a poderão exigir, descontada a quota do credor remitente, critério esse que se observará apenas nos casos de transação e compensação.
- c) Se um dos credores solidários falecer, deixando herdeiros, cada um destes só terá direito a exigir e receber a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário, ainda que se trate de obrigação indivisível.
- ☒ d) O devedor pode opor ao cessionário as exceções que lhe competirem, bem como as que, no momento em que veio a ter conhecimento da cessão, tinha contra o cedente. Salvo estipulação em contrário, o cedente não responde pela solvência do devedor.
- e) O terceiro não interessado, que pagar a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar; mas não se sub-roga nos direitos do credor, salvo se o pagamento ocorrer antes do vencimento e sem o conhecimento do devedor.

50.000,00

PFN 2007 / ESAF

OBRIGAÇÕES

“A” deve entregar uma jóia de valor correspondente a R\$ 90.000,00 a “B”, “C” e “D”, tendo “B” remitido o débito, “C” e “D” exigirão a jóia, mas deverão indenizar “A”, em dinheiro (R\$ 30.000,00) da parte que “B” o perdoou. Tal ocorre porque a obrigação em tela, produz esse efeito por ser

- a) solidária ativa.
- ~~b) indivisível.~~
- c) divisível.
- d) solidária mista.
- e) solidária passiva.

PFN 2007 / ESAF

CONTRATOS

Indique a opção correta.

- a) A teoria da agnição reputa perfeito o contrato no momento em que o ofertante tem ciência da aceitação do oblato, visto que não se pode dizer que exista um acordo de vontades e, portanto, um consentimento recíproco a respeito de um negócio jurídico contratual que se pretende realizar, sem que o proponente e aceitante conheçam a vontade um do outro.
- b) A função social do contrato, dirigida à satisfação de interesses sociais elimina o princípio da autonomia contratual.
- ☒ c) No direito brasileiro repellido está o individualismo, pois nítida é a função institucional do contrato, visto que limitada está a autonomia da vontade pela intervenção estatal, ante a função econômico-social daquele ato negocial, que o condiciona ao atendimento do bem comum e dos fins sociais.
- d) No contrato aleatório emptio rei speratae um dos contratantes, na alienação de coisa futura, toma a si o risco relativo à existência da coisa, ajustando um preço, que será devido integralmente, mesmo que nada se produza, sem que haja dolo ou culpa do alienante.
- e) A cláusula solve et repete não se caracteriza como uma renúncia à exceção ao contrato não cumprido.

PFN 2006 / ESAF

CONTRATOS

A propósito dos contratos, assinale a opção falsa.

- a) Nos contratos de seguro de pessoas o segurador não se sub-roga nos direitos do segurado.
- b) É válida a instituição da companheira de homem casado, separado de fato na data da contratação, como beneficiária do seguro.
- c) Pode-se estipular fiança sem o consentimento do devedor ou contra a sua vontade.
- d) É nula a cláusula contratual que exclui o pagamento do capital por suicídio do segurado.
- ~~e) No seguro de pessoa admite-se transação para pagamento inferior ao capital segurado.~~